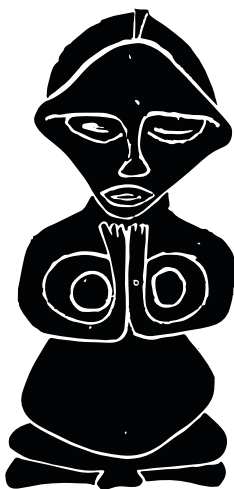


# CADERNOS TEXTOS E DEBATES

Nº 16/2018

Expressões Culturais  
Afro-Brasileiras: Literatura  
e Musicalidade



NUER - NÚCLEO DE ESTUDOS DE IDENTIDADES  
E RELAÇÕES INTERÉTNICAS

2018



## Catálogo na fonte por NUPPE

Cadernos Textos e Debates / Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas. Número 16 (2018) - Florianópolis: UFSC/NUER, 2018, 62 p.

ISSN 2526-981X

1. Antropologia 2. Periódico 3. Universidade Federal de Santa Catarina

Editora responsável: Ilka Boaventura Leite

Revisão: Marcos Vieira de Queiroz

Ilustração: African Design

Projeto Gráfico: Thabata J. B. Pinheiro

Diagramação: Thabata J. B. Pinheiro

Apoio: Núcleo de Publicações do CFH/UFSC - NUPPE



# CADERNOS TEXTOS E DEBATES

VOL. 10 N. 16, 2018

PERIODICIDADE SEMESTRAL

## Comissão Editorial

**Diana Brown** - Bard College, New York, EUA

**Douglas Ladik Antunes** - Universidade do Estado de Santa Catarina,  
Florianópolis/SC, Brasil

**Frank Milton Marcon** - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju/SE, Brasil

**José Bento Rosa da Silva** - Universidade Federal de Pernambuco,  
Recife/PE, Brasil

**Oswaldo Martins de Oliveira** - Universidade Federal do Espírito Santo,  
Vitória/ES, Brasil

**Pedro Martins** - Universidade do Estado de Santa Catarina,  
Florianópolis/SC, Brasil

**Ricardo Cid Fernandes** - Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil

**Rosa Elizabeth Acevedo Marin** - Universidade Federal do Pará,  
Belém/PA, Brasil

**Organizadoras deste número:** Carla Brito Sousa Ribeiro e Márcia Regina  
Calderipe Farias Rufino

NUER/CFH/UFSC

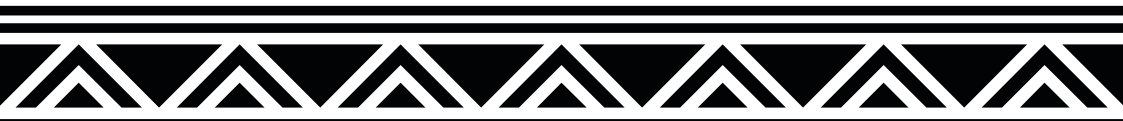
Endereço: Campus Universitário. Trindade. Florianópolis/SC, Brasil.

CEP 88040- 900

E-mail: [nuer.ufsc@gmail.com](mailto:nuer.ufsc@gmail.com)

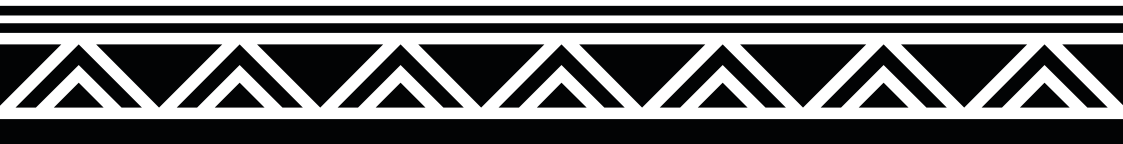
<http://www.nuer.ufsc.br>

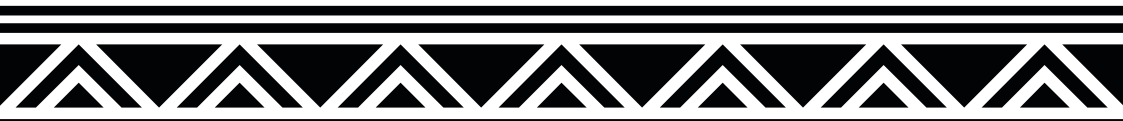




## SUMÁRIO

Editorial	
<b><i>Carla Brito Sousa Ribeiro e Marcia Regina Calderipe Farias Rufino</i></b> .....	7
Os Estudos Afro-brasileiros na UFSC	
<b><i>Ilka Boaventura Leite</i></b> .....	13
Cartas D'África e Alguma Poesia: literatura africana de língua portuguesa na Revista Sul (Florianópolis, 1948-1957)	
<b><i>Natan Schmitz Kremer e Alexandre Fernandez Vaz</i></b> .....	27
Aos vadios a redenção popular: uma breve trajetória da musicalidade afro-brasileira	
<b><i>Pedro Teixeira Vergasta da Silveira</i></b> .....	41
Carolina Maria de Jesus, uma escritora brasileira	
<b><i>Clarissa Pereira Antunes</i></b> .....	53
Sobre as autoras e autores.....	61





## EDITORIAL

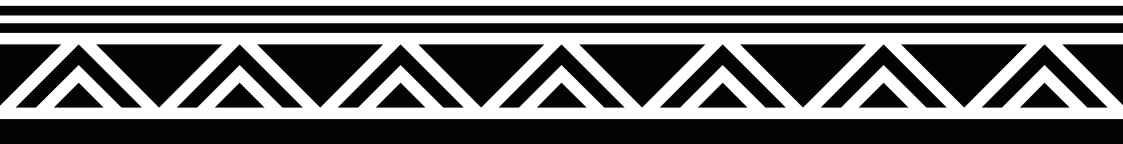
Este número da coleção “Cadernos, Textos & Debates”, produzido pelo Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas – NUER, intitulado “Expressões Culturais Afro-Brasileiras: Literatura e Musicalidade”, apresenta uma compilação de textos criados como requisito final para conclusão da disciplina Estudos Afro-brasileiros durante os semestres de 2016.2 e 2017.1. Por mais de dez anos, essa disciplina vem sendo ministrada pela Professora Ilka Boaventura Leite no âmbito do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. É difícil trazer aqui, em poucas palavras, a relevância da disciplina para a formação de estudantes das mais variadas áreas do conhecimento. Ao longo desses anos, a sempre atualizada proposta de curso vem atraindo não somente graduandos de distintas ramificações das Ciências Sociais, tais como História, Sociologia e Antropologia, mas ainda de áreas como Física, Biologia e Geografia. Pós-graduandos, estudantes intercambistas estrangeiros e brasileiros em mobilidade acadêmica oriundos de outras Instituições Federais também ajudam a formar o público interessado na temática deste curso. A este potencial de atratividade da disciplina é possível atribuir a ampla gama de possibilidades de debate que cabem nos meandros dos estudos afro-brasileiros, como igualmente as ausências dos olhares para a afrodescendência e para a influência da matriz africana para o Brasil no conteúdo das matrizes curriculares dos cursos superiores no Brasil.

Em face à heterogeneidade dos perfis dos estudantes que buscam cursar Estudos Afro-brasileiros, há não só o desafio com relação à abordagem das temáticas propostas, mas também a possibilidade adotada pela Professora Ilka, a de coordenação do debate em sua amplitude, trazendo olhares de especialistas, de militantes do movimento negro e de pesquisadores de áreas também distintas, que

se aproximam da temática através de abordagens teóricas históricas, antropológicas, sociológicas, ou que carregam em seu hibridismo a interdependência das ciências que formam as humanidades. Os olhares para a arte também são lançados, seja através do exame de determinadas expressões artísticas, plásticas, musicais, literárias, audiovisuais, seja das que evidenciam a corporalidade nas manifestações que descendem de nossa herança africana.

Durante o segundo semestre de 2016 e o primeiro de 2017, compuseram o conteúdo programático do curso temas que visaram aproximar os estudantes de questões sócio-demográficas que permeiam o cotidiano da população negra no Brasil e na América Afro-latina. Sob este viés, foi importante também trazer apontamentos sobre as relações contemporâneas entre Brasil e alguns países africanos, tão distanciados politicamente e no imaginário da população brasileira, mas tão próximos nos efeitos históricos do colonialismo. Reflexões sobre as aproximações e distanciamentos entre a academia e a militância também foram percorridas. Memória; quilombos; religiões de matriz africana; religiosidades; as artes visuais, dentre elas o crescente filo da chamada arte afro-brasileira; a musicalidade e as questões que permeiam gênero, corpo e as associações identitárias fizeram parte das discussões em sala de aula. É preciso ressaltar que, para além da leitura da bibliografia prevista como essencial para o andamento do curso, também foram convidados pesquisadores associados aos NUER, para socializar os resultados de suas pesquisas em estudos afro-brasileiros e trazer apontamentos preciosos de sua experiência em campo.

Inspirados pelos debates, apresentação de documentários e conversas com a professora e os pesquisadores convidados, foi proposto aos alunos aportar as temáticas que fizessem sentido em suas experiências de mundo na construção de um texto que pudesse contribuir com as reflexões sobre a realidade e as expressões da





população afrodescendente no Brasil. Contando com inúmeras possibilidades de escolha, estudantes entregaram como resultado um conjunto de artigos que abordaram os mais diversos temas, como diáspora negra, identidade afro-brasileira, movimentos de resistência, racismo, práticas alimentares, sexualidade, entre outros. Os artigos aqui apresentados demonstram as distintas possibilidades de aproximação dos estudos afro-brasileiros e formam um conjunto de reflexões sobre expressões culturais afro-brasileiras que abarcam Literatura e musicalidade.

Esta edição abre com um texto da professora Ilka Boaventura Leite, **Os Estudos Afro-brasileiros na UFSC**, em que traça um breve panorama dos estudos afro-brasileiros desenvolvidos na Universidade Federal de Santa Catarina nos últimos 30 anos. Relembrar a trajetória de implementação e desenvolvimento desta área de pesquisa na Universidade possibilitou uma reflexão sobre seu próprio percurso (da professora Ilka) na docência e engajamento nas questões que circundam a temática. O artigo reflete as memórias de uma vida dedicada a este campo, bem como as conquistas do movimento negro organizado para viabilizar a presença de estudantes negros e negras no ensino superior e expandir os horizontes das pesquisas nos estudos Afro-Brasileiros. Este contexto se reflete na publicação deste periódico, por exemplo. Em seguida, é apresentado o texto de Natan Schmitz Kremer e Alexandre Fernandez Vaz: **Cartas D'África e Alguma Poesia: literatura africana de língua portuguesa na Revista Sul (Florianópolis, 1948-1957)** que nos leva a um exercício de retomada de correspondências literárias e do intercâmbio de anseios modernistas em volumes da Revista Sul, datadas de meados do século XX. Essas correspondências são entendidas como evidências da micro-história das resistências cotidianas em trânsito entre Brasil e países lusófonos em África – notadamente Moçambique e Angola. Na sequência temos a reflexão de Pedro

Teixeira Vergasta da Silveira, que com **Aos vadios a redenção popular: Uma breve trajetória da musicalidade afro-brasileira** aborda a relação entre as manifestações musicais afro-brasileiras e a sua interdição pelo sistema escravista no Brasil. Através da desumanização dos sujeitos escravizados e de sua associação limitadora ao trabalho, aos que buscavam expressar-se através da poesia, da oralidade, corporalidade e musicalidade eram dados a alcunha de vadios. O autor nos abre as portas para pensarmos em como este cenário se transforma no pós-abolição, quando essas expressões passam de proibidas à composição do imaginário da cultura popular, fazendo com que o antes vadio venha a ser pensado como malandro, um símbolo nacional. O volume se encerra com as descobertas de Clarissa Pereira Antunes em **Carolina Maria de Jesus, uma escritora brasileira**. Não é fortuito o modo como este volume é iniciado e encerrado através da literatura e, ao relembrar Carolina e suas obras viscerais, podemos refletir sobre o potencial transformador desta expressão artística. Clarissa Antunes traz a ideia de que, para esta autora, a escrita era uma forma de luta por sua sobrevivência. As denúncias que registrou a respeito das condições nas quais travava esta luta não são apenas documentais de sua bibliografia, mas um retrato do abismo social legado pelo sistema escravista, por uma abolição incauta e as permanências do racismo que impedem o florescimento e a formação de tantas outras Carolinas, que, embora não se projetem, vivenciam situações semelhantes em meio a miséria.

Estes textos refletem a ressignificação e as permanências da descendência africana no Brasil, e tiveram a sua criação incentivada pela orientação e suporte oferecido à disciplina pela estagiária Carla Ribeiro (2016.2), bem como pela monitoria de estudantes, em grande medida possível pelo variado acervo da Biblioteca do NUER, constituído através de suas mais de três décadas de aquisições. Neste contexto, é necessário ressaltar a importância

de disciplinas como a de Estudos Afro-brasileiros, que tem sido oferecida pelo NUER dentro de uma de suas áreas de pesquisa, a educação afro-brasileira, na qual são desenvolvidas **“pesquisas e projetos de extensão que buscam aprofundar conhecimentos e conteúdos curriculares relativos aos estudos afro-brasileiros da formação universitária, produzir materiais didáticos e organizar atividades voltadas para aplicação da lei 10639/03”**. Além disso, as outras duas áreas de pesquisa do núcleo – Direitos Territoriais e Diásporas Africanas – são também contempladas pelos conteúdos desenvolvidos nos cursos.

Os artigos apresentados neste caderno mostram que o desenvolvimento dos conteúdos sobre África e afro-brasileiros na formação escolar e universitária trazem novas dimensões para pensar sobre o Brasil e os processos de colonização e descolonização. A forma crítica, não estereotipada e para além dos conteúdos parciais a que comumente as/os alunas/os têm acesso na sua formação inicial, tem sido colocadas como parâmetro para o desenvolvimentos de diálogos e trocas de conhecimento. O desenvolvimento de disciplinas como Estudos Afro-brasileiros, e a sua manutenção durante todo este período, faz ressoar a luta do movimento negro organizado contra o racismo, em busca de uma educação que inclua a diversidade étnica, em especial que reconheça a participação das negras/os na construção do país. Dispositivos legais como a Lei 11.645/08, e antes a 10.639/03, dispõem sobre a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos ensino Fundamental e Médio de forma obrigatória e dão autonomia para as instituições pensarem e organizarem as formas de abordagem e os materiais didáticos. Nesse sentido, cursos de Estudos Afro-brasileiros no ensino superior fazem-se necessários para a formação de profissionais críticos tanto no bacharelado quanto na licenciatura, em especial para aquelas/es que vão atuar como professoras/es.

A divulgação dos artigos produzidos pelas/os alunas/os é um exemplo de como o tema pode ser abordado em sala de aula e resultar em produções que, para além de cumprirem a exigência formal para a obtenção de uma nota, mostram o interesse e as inúmeras possibilidades para pensar uma realidade tão ampla e complexa como a das relações interétnicas e afro-brasileiras.

**Carla Brito Sousa Ribeiro  
e Márcia Regina Calderipe Farias Rufino  
Organizadoras**

## Os Estudos Afro-brasileiros na UFSC

*Ilka Boaventura Leite*

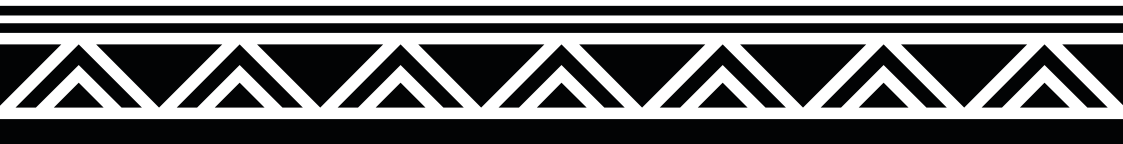
A lei 10.639/2003 (atual Lei 11.645/2008), que versa sobre o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, é um marco importante nas iniciativas de impulsionar e valorizar os estudos sobre Áfricas e suas diásporas no mundo e de enriquecer a formação escolar em todos os níveis no Brasil. Grande deficiência vinha sendo identificada no ensino, com sérias defasagens em relação ao ensino do país em relação ao resto do mundo. A inserção desses novos conteúdos curriculares intensificou também alguns tipos de intercâmbios científicos e o seu caráter trans e interdisciplinar, além de abarcar e reconectar um grande número de áreas de conhecimento nas Ciências Humanas, tais como a História, a Antropologia, a Sociologia, a Ciência Política, a Literatura, a Psicologia, a Geografia, a arte, os estudos de comunicação e mídia, entre outros. O que entendemos e praticamos hoje no Brasil como “estudos afro-brasileiros” tem também o papel de reunir e criar diálogos entre campos até então fragmentados pela super especialização.

Podemos dizer, contudo, que na UFSC, sobretudo nas Ciências Sociais, estudos afro-brasileiros começaram muito antes da referida Lei. Como disciplina específica registramos, pela primeira vez, um curso ministrado na antiga pós-graduação em Ciências Sociais, no segundo semestre de 1986, organizado e ministrado por mim, quando iniciei minha docência neste ano através de uma bolsa de Recém-doutora do CNPq. Um dos objetivos do meu Plano de Trabalho na UFSC foi exatamente fomentar esse campo e sua interdisciplinaridade, desde e através de minha área de formação, a antropologia. Um grupo de cerca de dez estudantes, com formação em diversas áreas, entre eles Pedro Martins, Vera Item Teixeira,

Aldo Litaif, Miriam Hartung, Dora Bertúlio e Jeruse Romão, hoje pesquisadores atuantes neste campo de estudos, frequentaram essas aulas e inclusive participaram da elaboração das primeiras formulações do que viria a ser o projeto “Comunidades Negras em Santa Catarina”, apresentado à Fundação Ford. Este projeto, tendo sido contemplado por esta agência, iria se constituir em uma espécie de ponta de lança dos primeiros levantamentos sobre os territórios negros no Sul do Brasil, e que nos anos seguintes iria se ampliar para um levantamento mais sistemático nos três estados do Sul do Brasil através do Projeto “Plurietnicidade e Intolerâncias: relações interétnicas no Sul do Brasil”. Estava esboçada aí um novo campo de estudos sobre diversos planos de abordagens interrelacionados nos quais emergiu os estudos sobre quilombos e direitos territoriais na UFSC, questão que veio nos anos e décadas seguintes se consolidar em todas as regiões do Brasil

Como resultado direto desta fase, além dos cursos que passei a ministrar na graduação e na pós-graduação, dissertações de mestrado e mais tarde, de doutorado, foram produzidas: a pesquisa pioneira de Vera Item Teixeira sobre os Valongos, comunidade negra situada em Porto Belo, e a de Pedro Martins sobre a comunidade Cafuza, inicialmente residente na aldeia indígena de Ibirama e reassentada em José Boiteux foram, sob minha orientação, os primeiros trabalhos sobre as comunidades negras rurais em Santa Catarina. Ao consolidar um campo de pesquisas então inédito sobre o assunto, fortalecemos esses estudos e pesquisas realizadas entre instituições como a UFRGS, através da organização do livro “Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade”, publicado em 1996 (Letras Contemporâneas).

Nos primeiros dez anos na UFSC, o plano inicial desenhado para o CNPq completava-se com a consolidação de um Núcleo de Pesquisa, o NUER – Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas, que foi criado como parte integrante do Laboratório



de Antropologia fundado pelo professor Silvio Coelho dos Santos. O NUER estabeleceu suas bases iniciais através de um campo pioneiro de estudos sobre direitos territoriais de populações e comunidades negras, sem perder de vista os assuntos correlatos e a necessária abrangência e interdependência deste assunto em relação ao processo de formação colonial da região Sul. Um grupo de pesquisadores filiados ao NUER, constituído por estudantes de graduação, mestrado e doutorado, foram dando formato e consistência a este projeto, definindo as linhas investigativas que possibilitaram a consolidação do NUER como um espaço de reflexão, pesquisa e extensão na área de estudos afro-brasileiros na UFSC.

Eventos científicos, seminários, mini-cursos e oficinas procuraram disseminar conhecimentos e constelaram jovens investigadores, estudantes negros e negras e as pessoas e comunidades negras interessadas em torno da ampliação e com interesse em compartilhar saberes sobre o assunto. Desta aproximação resultou, por exemplo, oficinas e diálogos com o Movimento Negro Unificado de Santa Catarina. Um projeto de publicação buscou divulgar os conhecimentos produzidos: os Cadernos Textos e Debates, os Boletins Informativos, os Banners, as Exposições e os diversos livros editados. O site do NUER, vinculado ao repositório da UFSC, passou a disponibilizar grande parte dessa produção a um público cada vez mais interessado no assunto. Também os convênios com pesquisadores e instituições do exterior trouxeram novos ares, além de disseminar os conhecimentos produzidos. Uma das presenças mais assíduas foi a dos pesquisadores norte-americanos Diana Brown, pioneira dos estudos sobre Umbanda no Brasil, e o professor Mario Bick, também professor e pesquisador de relações raciais. Quando completou 25 anos, o NUER realizou um ciclo de palestras e passou a investir mais intensivamente em seus acervos acumulados nesses anos, através do Projeto Biblioteca Afro-brasileira, que

reúne até o presente momento, além de fontes bibliográficas temáticas, os acervos das pesquisas realizadas até a atualidade.

Sem sombra de dúvida os reflexos mais evidentes dessa iniciativa podem ser vistos no ensino. Nos idos dos anos oitenta, conversando com o professor Carlos Hasenbalg, um dos pioneiros fundadores do Centro de Estudos Afro-asiáticos da Fundação Cândido Mendes, ele nos disse: “não é possível fortalecer uma área de conhecimento em uma universidade sem uma biblioteca especializada”. Importante reconhecer que naquela época ainda não existia a internet nem o Google. E mesmo depois disso, quando esta ideia já tinha sido implantada, avaliamos que a internet, por si só, não educa. Ela não prescinde de um olhar especialista que orienta a seleção de fontes, não substitui o manuseio físico de um rico acervo de folders, banners, recortes de jornais, revistas e panfletos que circularam nos últimos trinta anos, material que hoje constitui a base da existência do NUER. Também os diversos cursos ministrados foram largamente abastecidos com estes materiais e permitiram que muitas pesquisas fossem iniciadas e concluídas. Todos os dias comprovamos que a riqueza desse acervo tem o seu lugar, sobretudo quando notamos o interesse renovado dos estudantes, ao folhear um livro real, ao abrir uma página de uma revista antiga, ao se deparar com um universo que foi cuidadosamente reunido, por anos a fio, guardando surpresas infinitas para os curiosos e interessados no assunto. Reunimos no NUER um acervo que representa hoje mais de 5 mil recortes de jornais, 2.000 artigos fotocopiados e um banco bibliográfico de mais de 2.000 livros catalogados por palavras-chaves. É dessa forma que acreditamos que a presença física, o contato humano, o diálogo presencial sejam as maiores riquezas da nossa vida cultural contemporânea e, portanto, defendemos este como um espaço de descoberta, de aprendizagem e de inspiração.



Os Cursos ministrados ao longo de três décadas de minha docência me permitiram vislumbrar uma mudança significativa no perfil estudantil e nos interesses acadêmicos em torno dos estudos afro-brasileiros na UFSC. Vou tentar aqui, em poucas palavras, resumir essa mudança.

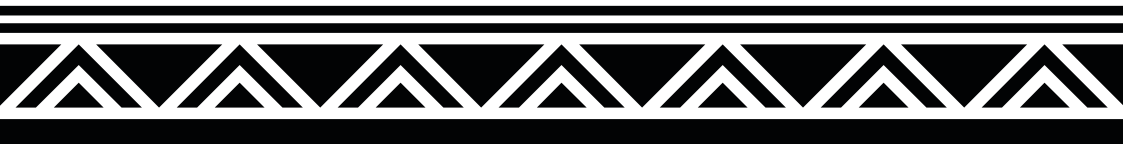
## Os conteúdos curriculares para a formação humanística: os estudos afro-brasileiros na UFSC

1986 foi um ano chave na minha docência na UFSC, onde iniciei minha carreira acadêmica ministrando pela primeira vez o curso “Temas e Problemas da População Negra no Brasil” conforme os mesmos patamares do que tinha visto com o meu professor e orientador João Baptista Borges Pereira, nos vários anos na pós-graduação em Antropologia da USP. Devo a ele não somente uma compreensão crítica e abrangente sobre o vasto assunto, mas uma percepção de que as opções por esta área de formação e especialidade implicaria também o enfrentamento dos preconceitos que incidiam sobre a própria população estudada. Ele inúmeras vezes nos descreveu e exemplificou a sua própria situação de marginalidade nessa área tal como a própria área nas Ciências Sociais no Brasil, proveniente, segundo ele, do elitismo e do racismo em geral vigentes na sociedade brasileira.

Vou relatar um episódio peculiar. Quando em 1986 me instalei definitivamente em Florianópolis para lecionar na UFSC, fui interrogada por uma colega da universidade sobre, afinal, o que eu vinha fazer nesta parte do Brasil, pois, segundo ela, “aqui não existiam negros para estudar”. De fato, esta era a visão predominante não somente das elites intelectuais locais, como a da envergadura de um Walter Piazza (1975), que enfatizou em seu livro sobre a economia minifundiária de Santa Catarina a “insignificância” da presença do negro, reproduzida em

seguida largamente pela historiografia da região, mas também, como percebi nas vivências in loco, sobretudo em conversas descontraídas e em situações lúdicas com a população local, certo tom desprezioso e até de um racismo sutil, quando contavam várias piadas de negros, geralmente em finais das festas, desculpadas, em seguida, como sendo apenas “brincadeira” ou mesmo fruto da ingestão de álcool e embaladas pelo momento de “pura descontração”. Importante registrar que esta não era definitivamente a posição do professor Silvio Coelho dos Santos, que, ao contrário, vislumbra com a minha presença na universidade a possibilidade da criação de uma contra-narrativa que pudesse, através da educação, fortalecer a crítica ao racismo vigente. Ele próprio foi um dos grandes pioneiros na docência e nos estudos que revalorizaram a presença e a contribuição das populações nativas, nos direitos dos povos indígenas que foram submetidos a um genocídio de enormes proporções ao longo da história. Minha missão docente era, portanto e sobretudo, enfrentar uma ideologia racista incrustada nas consciências pouco críticas e nada dispostas à qualquer mudança.

No início de minha docência praticamente inexisteriam estudantes negros e negras nas salas de aula e, nos primeiros cursos, por vezes era olhada com desconfiança por alguns estudantes, que levantavam dúvidas sobre a veracidade dos textos que descreviam os horrores da escravidão. Estava claro o requentado viés nazi-fascista presente na educação familiar de alguns estudantes, resquício possivelmente das guerras mundiais, da imigração, dos períodos autoritários recentes. A cada curso eu precisava não somente afinar minhas ferramentas teóricas, os conteúdos informacionais, mas também ter um preparo além do requerido para lidar com esse tipo de ideologia autoritária e racista, disfarçada sob o manto da democracia racial. Era crucial também criar novas metodologias para consolidar este campo



de estudos e demarcar um lugar na formação em Ciências Humanas. Eu confesso que por diversos momentos considerei que os grandes desafios que se interpuseram para poder lidar com o assunto em si, com essas camadas de visíveis resistências em todas as instâncias universitárias, ao mesmo tempo tornava o desafio imprescindível para a formação humanística, sendo até mais importante do que a própria pesquisa, embora tenha sido através da pesquisa que pude desenvolver temas locais capazes de despertar novos interesses, sensibilidades e conhecimentos.

Em meio a este universo de uma sutil hostilidade, havia também resíduos dos discursos da militância dos anos setenta, criados para reagir aos conhecimentos intelectualizados e distantes dos interesses das populações negras no Brasil que volta e meia apareciam, principalmente quando os raros estudantes negro/as me viam e me tratavam como “a professora branca querendo faturar com o assunto e ganhar títulos acadêmicos” (de fato, a situação era outra: eu já era doutora e, claro, eu não me sentia branca e nem era assim tratada pela maioria, portanto essas críticas nunca abalaram minhas próprias opções). Por vezes a minha identidade pessoal era posta em xeque, como se isto fosse um passaporte que me daria alguma licença para falar ou não sobre o assunto. Eu nunca fui vista como branca, ainda mais numa terra de imigrantes europeus e açorianos, mas também nunca fui vista como negra; eu era posta em um lugar de suspeição em todos os meus lugares de fala, era um desafio fascinante mas nem sempre fácil. Confesso que, por vezes, quando atacada, desqualificada por alguns militantes despreparados, me sentia muito desanimada. Para me fortalecer, sempre procurei me relacionar mais de perto com os que reconheciam e valorizavam o meu esforço. Uma dessas pessoas foi o Juan Pinedo, um argentino negro que foi o grande impulsionador do interesse da militância negra nas questões rurais. Além da paixão que já nutria pelo assunto, estes

episódios, sem dúvida, me ajudaram a me identificar mais e mais com aquele lado da minha identidade negra, a reconhecer que as escolhas se dão de modo contextual e, sobretudo, político, mais do que propriamente a partir da cor da pele. Minha atividade docente também foi se tornando um tipo de militância pessoal, na medida em que me levava inevitavelmente a escolhas políticas, e ainda mais estimuladas por interrogações que se revezavam entre a minha especialidade e a minha condição de sujeito/a. Curiosa situação essa, que me levou por vezes a hierarquizar as minhas próprias ancestralidades, ao valorizar mais a identidade paterna e sua forte presença negra/africana, deixando de lado minha incrível e linda bisavó indígena, meu avô cigano, figura muito mais destacada na história política e outras mais que carrego em minha trajetória pessoal. Minha brasilidade foi sendo desafiada pelas escolhas intelectuais e teóricas, fortalecendo-se cada vez mais como uma opção pela vertente anti-racialista e humanista. Para mim, atuar neste campo foi e ainda é um trabalho em direitos humanos, em direitos sociais e pela construção de uma consciência planetária, ecológica, em prol de uma sociedade e um mundo mais justo e igualitário.

A partir desses parâmetros, posso assegurar que os conteúdos curriculares dos cursos por mim organizados pautavam-se inicialmente por manter uma coerência a estes princípios, através de duas vertentes ou estratégias de abordagem: 1<sup>a</sup>- tendo como eixo a formação de um pensamento social sobre a população negra no Brasil, analisar as devidas periodizações históricas, autores, biografias, produções intelectuais, teorias e métodos, correlacionando-as aos principais conceitos utilizados e às críticas pertinentes; 2<sup>a</sup>- a abordagem do campo a partir de temas relevantes e próprios da cultura afro-brasileira, tais como identidade negra, religiosidades, sociabilidades, patrimônio, artes visuais, educação, gênero, literatura, direitos territoriais, entre outros. Esses dois



caminhos têm sido abordados como roteiros intercomunicantes, sobretudo porque invariavelmente se encontram através da análise das principais vertentes teórico-metodológicas destacadas em ambos os caminhos adotados, permitindo, com isto, um maior aprofundamento em cada uma das abordagens.

Até 2003/4 os cursos exigidos pelo marco legal da Lei 10.639 permitiram a oferta de um grande e variável leque de disciplinas optativas cujos conteúdos pautaram-se pelas abordagens temáticas com grandes debates de interesse local, regional e nacional: antropologia das minorias, antropologia das populações de origem africana, identidade e territorialidade negra, reflexões sobre o racismo, relações interétnicas, cultura e identidade negra, etnologia afro-brasileira, identidade e etnia, teorias da mestiçagem no Brasil, o racismo na perspectiva atual, territorialidade Negra; todos esses cursos ministrados nas Ciências Sociais da UFSC. De todos os cursos ministrados, o que mais apresentou uma proposta inovadora intitulou-se “Etnologia Afro-brasileira”, ministrado por mim pela primeira vez em 2004 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Sua concepção baseava-se na ideia de fazer uma espécie de par com a já clássica disciplina ministrada em todo o país cujo nome era “Etnologia Indígena”. Acredito que em 2004 foi a primeira vez que uma disciplina com este nome foi ministrada no Brasil, introduzindo a ideia de criação de uma grande área ou campo de estudos a ser posteriormente desenvolvidos, o que não chegou a ser propriamente implantada nos currículos correntes, seja por resistência na própria área acadêmica a criar um campo de desenvolvimento fortemente situado no mesmo patamar dos campos já consolidados, seja porque se vislumbrava este, numa visão ainda mediocrizada pelo racismo, como um assunto periférico e supostamente de cunho temático.

Com a lei de 2003 tornando obrigatória esse assunto na formação em todos os níveis e como espécie de imposição em um

novo Projeto Pedagógico para o curso de Ciências Sociais, alguns anos depois introduziu-se a disciplina “Estudos Afro-brasileiros” como disciplina obrigatória para uns e optativa para outros cursos da UFSC. Neste novo concerto, a equipe responsável pelo Projeto Pedagógico criou um padrão de ensino baseado numa ementa de disciplina curricular, que inicialmente passava pelos conceitos de raça e etnicidade para posteriormente introduzir assuntos gerais. A ementa, que perdura até a atualidade, é a seguinte: “Relações raciais e racismo no Brasil. Relações interétnicas e identidade étnica. Estudos sobre os negros no Brasil”. Esta tornou-se, portanto, a disciplina mestra que visa cobrir todas as obrigatoriedades mínimas impostas pela Lei, e foi assim que os estudantes de Ciências Sociais e demais cursos puderam ter acesso a um conteúdo curricular único, que, ao mesmo tempo, passa a ter como meta contemplar abordagens conceituais, históricas, antropológicas, sociológicas, linguísticas, entre outras, em um curso de quatro créditos e quatro meses de duração. E no currículo central do curso é tudo. A própria generalidade da ementa levou em conta ser esta a única disciplina em todo o currículo das Ciências Sociais, e isto irá se repetir no curso de graduação em Antropologia, neste último caso como disciplina optativa. Com o crescimento e ampliação de outros campos, tornou-se mais difícil e mais rara a oferta de disciplinas optativas. Por vezes os estudantes, ao se darem conta do volume e abrangência da matéria, conseguem ao menos perceberem como uma deficiência curricular, tão mínimo é o conteúdo proposto. O próprio roteiro, com duração de quatro meses, impossibilita certos aprofundamentos que hoje se tornaram cada vez mais relevantes, tais como o do escravismo colonial, os conflitos étnicos especificamente relacionados à população negra, a questão da educação, que envolve o debate sobre ações afirmativas e políticas educacionais, e questões relacionadas às

diásporas africanas e afro-latinas, além, é claro, de todo o debate sobre gênero e diversidade que envolve um público feminino e LGBT cada vez em maior número cursando a Universidade.

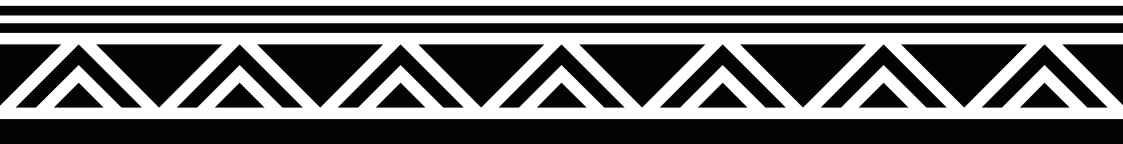
Ao lado dessa triste escassez educacional, um fato importante foi registrado no mercado editorial. A lei impulsionou fortemente a pesquisa e a produção de novos materiais didáticos. O assunto passou a ser mais discutido, a revelar um potencial de politização e uma maior consciência da importância do assunto na história e na memória social brasileira. O debate sobre o racismo se intensificou e os movimentos sociais negros passaram a ter um maior protagonismo nas lutas por direitos. Durante os inúmeros cursos ministrados ao longo desses anos, pude ver que a disciplina “Estudos afro-brasileiros” atraía cada vez mais um público diverso, proveniente de muitos outros cursos da UFSC, de modo que houve também uma maior necessidade de debates e emergência de questões cada vez mais cruciais e atuais, como as Áfricas diversas, suas Diásporas, as questões de gênero, as ações afirmativas e cotas raciais, as violências de todos os tipos, as políticas públicas, as ideologias de negritude e o branqueamento, o debate sobre branquitude, os movimentos políticos emancipatórios, entre outros. Quando eu conto às e aos estudantes que em outros países há cursos de graduação especificamente voltados ao assunto, eles se assustam com o grau de superficialidade e o descaso que só pode ser explicado pela mentalidade racista que ainda impera em nosso país, em nossas universidades, capaz de tornar insignificante ou irrelevante um assunto que diz respeito à maioria dos brasileiros e brasileiras.

Noto que, ao mesmo tempo, um público cada vez mais diversificado de interessados no assunto vem gerando também novos debates, tais como as condições prisionais, o genocídio de jovens negros, a metodologia das produções estatísticas, a ação das mídias, a saúde da população negra, as manifestações

diversas e multifacetadas de resistência cultural (os blocos, afoxés, rappers, o funk, o grafitti, entre outros). Daí porque se torna crucial o incentivo à pesquisa e à reflexão a partir de preocupações dos próprios estudantes, introduzindo com isto as inovações necessárias à renovação do campo e dos estudos africanos, afro-brasileiros e diaspóricos.

Foi com este propósito que estimulamos os/as estudantes a novos desafios ao longo dos cursos, que pudessem escrever artigos a partir de suas próprias interrogações e questões provenientes de leituras e debates realizados durante a formação em sala de aula. E os resultados estão aí, serão mostrados nos próximos “Cadernos Textos e Debates” do NUER e estão nesta edição muito bem apresentado pelas organizadoras e editoras Carla Brito Sousa Ribeiro e Márcia Regina Calderipe Farias Rufino. Além do estímulo ao treinamento científico, vale também a produção de novos materiais didáticos, a partir de novos eixos de análise, estimulando com isto a criatividade e a produção de novos suportes, condizentes com os grandes temas da atualidade. Os/as estudantes produziram artigos muito instigantes, com reflexões muito atuais sobre os mais diversos assuntos e através da seleção final, procuramos criar novas oportunidades de divulgação desses trabalhos, para ampliar e renovar o debate, impulsionar o interesse pela pesquisa.

Muitas barreiras foram atravessadas e vencidas. Creio que agora vai ser difícil retroceder, não há fim de ciclo, mas recomeço, por vezes as dificuldades trazem novos desafios. Os estudantes já consagraram seu interesse e, em alguns casos, vêm se tomando verdadeira paixão pelo assunto. Por sua vez, há novas abordagens e novas ideias no ar, gerando novas articulações discursivas que se contrapõe ao obscurantismo e ao racismo. Estamos apostando que esta efervecência cultural e científica que advém da experiência vivida e compartilhada, da relação entre ensino,





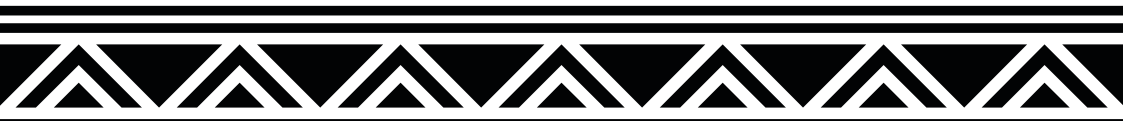
pesquisa e extensão, possa impulsionar novos talentos, novas ideias, novas colheitas que possam mais e mais fertilizar esse rico panteão dos estudos negros e seu legado que é de grande interesse nacional e internacional.

### **Referências**

Leite, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. IN: Leite, I. B. (org.) *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade Negra*. Florianópolis, Letras contemporâneas, 1996, pp.33-53

\_\_\_ (org.) *Plurietnicidade e Intolerâncias: relações interétnicas no sul do Brasil*. Relatório de Pesquisa para a Fundação Ford. NUER/UFSC, 1996 (mimeo)

Piazza, Walter. *O escravo numa economia minifundiária*. São Paulo: Resenha Universitária; Florianópolis: UDESC, 1975.



# ***Cartas D'África e Alguma Poesia: literatura africana de língua portuguesa na Revista Sul (Florianópolis, 1948-1957)***

*Natan Schmitz Kremer  
Alexandre Fernandez Vaz*

Em 2005, Salim Miguel (1924-2016), provavelmente o maior expoente da literatura catarinense contemporânea, publicou um volume de cartas intitulado *Cartas D'África e Alguma Poesia*, no qual coligia mensagens que recebera de escritores africanos (sobretudo de Angola e Moçambique, mas também da Ilha de São Tomé) ao longo da década de 1950. O diálogo se dera por consequência da relação desses escritores com o *Grupo Sul*, movimento literário que se preocupou com a promoção de uma nova estética na cidade de Florianópolis a partir da segunda metade da década de 1940.

Tal período da vida intelectual no país é marcado por uma sequência de mudanças políticas e sociais que se dão na esteira do fim da 2ª Guerra Mundial e da ditadura de Getúlio Vargas, e no contexto do crescimento da vida urbana afastada do Rio de Janeiro e de São Paulo. Pode-se ainda identificar transformações significativas nas artes, em que se vê o surgimento de um mercado editorial brasileiro (já não tão dedicado à importação de livros franceses), da produção artística descentralizada e de possibilidades laborais ligadas tanto à produção literária quanto à sua divulgação.

Relacionadas às condições materiais de produção, também as variações estéticas parecem assumir diferentes preocupações que acompanham uma nova forma de vida nas cidades. Autores como Simmel (2005) e Benjamin (1983; 2012) mostram a constituição de uma nova subjetividade marcada pela burocracia, para o

primeiro, e pelo anonimato, nos estudos do segundo. A literatura como resultado das experiências da vida na cidade expressa no texto, especialmente para Benjamin, as sensibilidades no urbano. Em perspectiva dialética, pensará na literatura de Baudelaire como síntese das mudanças estruturais e das novas subjetividades na modernidade, em que uma passa a evocar a imagem da outra. Se a inspiração no berlinense está correta, podemos por ela observar o surgimento de uma nova literatura que acompanha a implosão da vida urbana nas cidades periféricas do país.

Também a preocupação das ciências sociais encontra novo foco. Se a questão da miscigenação, posta em termos mais ou menos harmoniosos por Gilberto Freyre ([1933] 2006), resultaria no mito da democracia racial, diversos intelectuais na década subsequente, com destaque a Florestan Fernandes, elaboraram suas críticas buscando repensar a composição racial do Brasil incorporando como chave de leitura a problemática das classes. Esse processo de repensar as interpretações do Brasil, mostram os estudos de João Filipe Marques (1996) e, especialmente, Lilia Moritz Schwarcz (1998), não se dá de forma autônoma. Com o fim da 2ª Guerra Mundial, a UNESCO preocupou-se com o tema e o Brasil foi, à época, considerado laboratório para o desenvolvimento de pesquisas com perspectivas diversas.

É nesse espaço que Florestan Fernandes elabora sua interpretação do Brasil preocupado com a questão da desigualdade. O autor cria toda uma agenda de pesquisa para que as questões raciais fossem pensadas em diversas cidades do país, o que mostra, também, certa percepção mais abrangente do que seria o Brasil, em momento no qual as cidades afastadas dos grandes centros passam a ter maior projeção nacional, como é o caso de Florianópolis. Na capital do estado de Santa Catarina, Fernando Henrique Cardoso realizou, em 1955, o trabalho de campo que daria sustentação para seu livro *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*, publicado em 1960.

\* \* \*

Jovens de Florianópolis buscavam desenvolver uma nova estética que representasse suas questões, tendo como principal espaço de expressão a *Revista Sul*, periódico de literatura que, entre 1948 e 1957, alcançou 30 edições. A revista se propunha autônoma e pretendia ter tiragem bimestral, o que não aconteceu. Entretanto, os números começaram, paulatinamente, a atingir maiores dimensões. Enquanto o primeiro foi composto por 16 páginas com alguma produção autoral e reutilização de clichês do British News Service e do Serviço Francês de Informações, os últimos volumes chegaram a 150 páginas autorais, com contribuições de autores estreados de todo o país e também estrangeiros, especialmente de Angola, Moçambique, Portugal, Argentina e Uruguai.

Esse movimento de internacionalização da *Revista Sul* parece ter se dado por dois eixos. O primeiro, uma preocupação; o segundo, uma condição de realização. *Sul-3* (Ano I, abril de 1948) exemplifica ambos. O único número temático publicado pela revista foi dedicado a Cruz e Sousa (1861-1898), poeta simbolista negro de Florianópolis. No volume encontramos a republicação de sonetos do autor acompanhados de ilustrações inéditas (assinadas por Moacir Fernandes) inspiradas em sua obra, além de ensaios críticos, como *Atualismo de Cruz e Sousa*, de Salim Miguel. Ele expressa considerações sobre o caráter autoral da obra do Cisne Negro, como ficou conhecido o poeta, apontando para a importância das rupturas nas letras, e de como este havia inovado ao apresentar o simbolismo em um momento de hegemonia parnasiana.

O segundo ponto é a publicação de notícia na qual se expõe a seguinte questão: “Marques Rebelo virá a Florianópolis?”. À época, o escritor carioca andava pelo país com apoio do então

Ministério de Educação e Saúde, como curador de uma seleção de artistas plásticos modernistas. Dois catarinenses que viviam no Rio de Janeiro, Jorge Lacerda e Flávio de Aquino, auxiliaram nos trâmites com os jovens do *Grupo Sul*, para que recebessem Rebelo e organizassem a exposição. A vinda do carioca se dá no mesmo ano de 1948, e o acontecimento resultou na fundação do atual Museu de Arte Moderna de Santa Catarina, o MASC. Firmou-se, então, uma relação de amizade dos jovens florianopolitanos com o escritor consagrado.

Marques Rebelo, nome de projeção nacional, indicou aos jovens de *Sul* amigos escritores portugueses, dentre eles Manuel Pinto, Augusto dos Santos Abranches e, possivelmente, Antonio Simões Junior. O primeiro residia em Portugal. Os outros dois, em consequência da ditadura salazarista, haviam deixado o país. Abranches passou a residir em Nampula, Moçambique, e Simões Junior em Buenos Aires, Argentina.

\* \* \*

Os jovens de *Sul*, especialmente o casal Salim Miguel e Eglê Malheiros, escreveram cartas a esses escritores, que as responderam. As relações ganham forma nas páginas da revista, de modo que, primeiro, vimos chegar respostas de Portugal e, em seguida, as participações oriundas de África. A primeira contribuição vinda daquele continente se dá em *Sul-11* (Ano II, maio de 1950), onde nota-se uma carta de agradecimento de Nuno Miranda, de São Vicente de Cabo Verde, pelo recebimento de exemplares da revista.

A inserção de autores africanos nas páginas de *Sul* se dá de diversas formas. A principal delas por meio da publicação de escritores de Angola e Moçambique. Em *Sul-15* (Ano V, março de 1952), aparecem as primeiras contribuições: os poemas

*Convite aos outros*, de Antonio Jacinto, de Angola, e *Madrugada*, de Orlando Mendes, de Moçambique. Originais de Augusto dos Santos Abranches, o primeiro contato em África, aparecem dois números depois. Encontramos, nas *Cartas D'África*, as primeiras cartas de Antonio Jacinto e de Augusto dos Santos Abranches, datadas do mesmo ano, 1952. Porém, em ambas se observa um diálogo já iniciado, o que se comprova quando Salim Miguel escreve, no prefácio, tratar-se de uma compilação das cartas mais significativas, havendo material para outros volumes.

Após a publicação de Antonio Jacinto e de Orlando Mendes, a contribuição de autores africanos será constante até o fim da vida da revista. São publicados nas páginas de Sul escritos de Augusto dos Santos Abranches (português residindo em Moçambique), Bertina Lopes (Moçambique), Noémia de Sousa (Moçambique), Orlando Távora (Angola), Humberto da Silva (Moçambique), Nuno Miranda (Cabo Verde), Viriato da Cruz (Angola), Francisco José Terneiro (São Tomé), Ermelinda Pereira Xavier (Angola), Mário Antônio Fernandes de Oliveira (Angola), Manuel Filipe de Moura Coutinho (Moçambique), Natércia Freire (Moçambique), José Graça (pseudônimo de Luandino Vieira, de Angola), muitos deles presentes em mais de uma edição da revista.

O tom das cartas mostra algo da forma como o diálogo se estabeleceu. Augusto dos Santos Abranches nos permite ler informações como “vão junto textos deste e daquele, jovens que emergem por aqui”, ou seja, aponta para certo papel de curador de autores novos de Moçambique que vai enviando seus trabalhos para os amigos de Sul, criando uma rede de publicações, no Brasil, de autores africanos. Esta é, de acordo com Juliana Santil (2005), a grande diferença do *Grupo Sul*, pois se os demais intelectuais brasileiros enviavam contribuições para os países lusófonos de África, o faziam nos termos de mentores, de grupos que tinham algo a oferecer, mas nada a receber em troca;

ao contrário, *Sul* estabelecia um diálogo constante de permuta de publicações, lançando em território brasileiro textos de autores africanos, abandonando assim certo princípio de superioridade e construindo a possibilidade de que vozes silenciadas pelo colonialismo tivessem possibilidade de se expressar.

Desse modo, as relações de troca com a *Revista Sul* possibilitaram a publicação de textos de 15 autores africanos ao longo de sete anos. Saíram poemas, contos, crônicas, cartas, ensaios de crítica literária e gravuras. Além disso, a partir de *Sul-17* (Ano V, outubro de 1952), Augusto dos Santos Abranches passa a constar como representante oficial da revista na *África Ocidental Portuguesa*, mantendo-se nesta função até o número 25 (Ano VIII, agosto de 1955), quando, perseguido político, passa a residir em São Paulo, onde conhece pessoalmente o amigo Salim Miguel.

Nesse momento, entretanto, a relação com a África não é cortada, e Abranches recomenda aos *camaradas* de *Sul* o nome de Manuel Filipe de Moura Coutinho, que passa a assumir a representação da revista no outro lado do Atlântico, distribuindo-a. O exilado continua publicando em *Sul*, sendo um colaborador importante que, a partir de *Sul-16* (Ano V, junho de 1952), contribuiu com assiduidade enquanto a revista existiu.

Nessa relação com África, Salim Miguel e Eglê Malheiros (2002) contam que o pagamento dos números de revistas enviadas não se dava em espécie, mas pelo envio de publicações originais destes países. Se os representantes em África (mas também no Uruguai, Argentina, Estados Unidos, França) recebem as revistas e, posteriormente, as *Edições Sul*, série de livros publicados pela editora vinculada ao periódico, é em publicações originais destes países que devolvem o que seria o pagamento, originando uma grande circulação de livros e revistas, clássicos e de jovens, e criando um emaranhado de divulgação intelectual.

Todos os volumes recebidos em Florianópolis são listados nas



páginas de *Sul* na coluna *Recebemos e Agradecemos*, destinada a apresentar quais livros haviam sido enviados à caixa postal da revista. Os impressos africanos de maior destaque na coluna são as revistas *Itinerário*, *Império*, *Elo* e *Actualidades*. Por sua vez, há pouca referência a obras editadas em Angola e Moçambique, embora, sim, para muitas de edições portuguesas. Deve-se reparar certa relação com Portugal para a publicação da obra desses autores. Observe-se, por exemplo, os dois livros de Abranches listados na coluna, publicados sob o selo editorial das Edições Portugalia, de Coimbra, mesmo quando já não residia no país; há uma relação que se mantém entre metrópole e colônia. Desse modo, não podemos precisar quais os livros teriam sido enviados pelos *camaradas* angolanos e moçambicanos.

Mesmo com poucas casas editoriais nesses territórios, os jovens de *Sul* parecem acompanhar o surgimento de algumas. Um exemplo é a editora Imbondeiro, de Angola. Na série Imbondeiro Gigante, compilação de contos, encontramos *O Curinga* de Guido Wilmar Sassi (lageano que publicou seus primeiros títulos pelas *Edições Sul*). Cabe ainda pensar na análise do recebimento dos livros da coleção Imbondeiro, em como essas relações se mantiveram com o fim da revista, visto que a maioria dos títulos que compõe a biblioteca de Salim e Eglê foi publicada na década de 1960. Nas cartas de Garibaldino de Andrade, encontramos pedidos insistentes para que Eglê e Salim enviassem originais para a publicação, mas também que representassem a editora no Brasil, vendendo, aqui, as obras publicadas em Angola. Além dos jovens de Sul, pela série Imbondeiro apareceram títulos de outros brasileiros, como Lygia Fagundes Telles.

\* \* \*

Um ponto que ainda merece destaque é a circulação de livros entre esses autores. Vejamos um fragmento de carta de Viriato da Cruz, enviada em 6 de junho de 1953:

Permiti-me enviar-lhe um cheque cujo valor, em Cruzeiros, deve andar à ronda de duzentos e qualquer coisa. É para o meu amigo fazer-me o favor de adquirir na Agência Farroupilha os seguintes livros, que vão por ordem do interesse que lhes tenho: *Dialética de la Naturaleza*, de Engels; *O marxismo e o problema nacional e colonial*, de Stálin; *El metodo dialetico marxista*, de Rosental (Iudin); *Dicionário Filosófico marxista*, idem, *Sobre os fundamentos do leninismo*, de Stálin; *Lenin e o Leninismo*, idem; *Sobre o problema da China*, idem; *Marxismo e liberalismo*, idem; *Lenin, Stalin e a Paz*, idem; e *Luta contra o trotskismo*, idem. – Para reduzir ao mínimo as possíveis complicações, peço-lhe diligenciar para que os livros não venham como encomenda da livraria em que forem adquiridos, mas sim como encomenda particular, oferta de amigo. Se possível, deverão ser vestidos com capas de outros livros vulgares. E, finalmente, os embrulhos, que deverão ser pouco volumosos, convém sejam feitos de papel forte. – Claro: se o primeiro livro daquela lista custar todo o dinheiro que lhe mandei, adquira esse e mais nenhum. Os outros, comprá-los-ei oportunamente.

Essas obras interessam-me muito, principalmente agora que estou a escrever um estudo sobre filosofia bantu. (CRUZ in MIGUEL, 2005, p. 42-43, grifos do autor)

Ainda nesse sentido, selecionamos fragmento de uma correspondência de Abranches, de 1954, em que, ao mencionar sua viagem ao Brasil e à América, diz que:

Daqui, além de Marques Rebelo, tenciono escrever a Maria Lima Garay (Paraguay), António Simões (Buenos Aires), Nélida Aurora Oviedo (Rosário), Guido Vilmar Sassi (Rio do Sul), Herberto Sales (Rio de Janeiro), Aluísio Furtado Mendonça (Tirol), e aos restantes representantes de Sul pelo Brasil. Não o posso fazer,

contudo, para os que Sul tem no exterior, por não constar a morada dos mesmos na revista, e julgo que Montevidéu ou Buenos Aires são cidades suficientemente grandes para nos correios saberem onde moram uma Matilde D'Espaux e uma Blanca Terra Vieira, por mais célebres e conhecidas que sejam (...). (ABRANCHES in MIGUEL, 2005, p. 91)

Estes fragmentos das *Cartas D'África*, o primeiro de missiva proveniente de Angola, o segundo de Moçambique, apontam para dois movimentos que marcam a relação entre o *Grupo Sul* e estas literaturas/grupos de intelectuais: a circulação de obras e o diálogo estabelecido entre diversos intelectuais que se interseccionam em *Sul*.

A carta de Viriato da Cruz aponta para a circulação de publicações de cunho marxista impossibilitadas de entrarem em territórios africanos, ainda sob o colonialismo português. Sua carta aponta para as estratégias que Salim Miguel deve adotar para a entrada desses impressos no país. É interessante de se reparar, ainda, que se está pedindo livros que, aparentemente, não possuem edições em português e que devem ser conseguidos em suas versões em espanhol. Caberia pensar, então, na articulação realizada pelos jovens de Florianópolis, ao acionarem suas redes na Argentina e no Uruguai, para que tivessem acesso a esses livros e pudessem enviá-los aos amigos africanos.

Esse processo ganha outra face na carta de Abranches, na qual comenta sobre o interesse de uma viagem pela América, para a qual espera poder contar com a colaboração dos representantes de *Sul*. Algo deste movimento também está em *Sul-26* (Ano IX, fevereiro de 1956), quando encontramos a publicação de sua tradução do poema *Canto e aurora*, da argentina Blanca Terra Viera, uma das autoras *porteñas* mais presentes em *Sul*, mas que, até aquele momento (como, aliás, os demais escritores dos países *hermanos*), havia publicado na revista apenas em sua língua materna. O que está

sendo construído, parece, são redes que cruzam países e fronteiras e colocam autores subalternos em diálogo na constituição de um grupo cultural que logra sobrepor barreiras as mais diversas, catalisadas pelos jovens de Florianópolis.

\* \* \*

Como isso se dá na capital de Santa Catarina, nas décadas de 1940 e 1950? Salim Miguel (1995) escreve que era com certo orgulho (mesclado, claro, a espanto e indignação) que carregava a carta oficial recebida em 1956, em que se podia ler:

Correio de Lourenço Marques: foi apreendido nos termos da legislação interna e ao abrigo do dispositivo na alínea 1 do artigo 59 da Convenção de Bruxelas, o conteúdo do registro AO-14.177, de Florianópolis, expedido pela revista SUL, Caixa Postal 384, e endereçado a Manuel Felipe de Moura Coutinho, Repartição da Fazenda, Lourenço Marques, recebida por intermédio de Lisboa. (MIGUEL, 1995, p. 56).

Cabe refletir sobre a constituição de uma experiência de intercâmbio que, para usar um termo de Salim Miguel, acontece *no acaso*. É de se questionar o que seria tal acaso. Enquanto encontramos *nos centros* do país a emergência de uma discussão sobre as representações do negro na sociedade brasileira e certa invisibilidade institucional, em Santa Catarina percebe-se o surgimento de um intenso intercâmbio com autores de territórios africanos de língua portuguesa ainda impactados pelo colonialismo. O escritor se pergunta: “em que medida nossa profunda admiração por Cruz e Sousa (a quem dedicamos o terceiro número de Sul) terá reforçado o interesse pela cultura e pelos jovens escritores africanos?” (MIGUEL, 1995, p. 59).

Difícil a resposta. Há que se reparar, contudo, na sensibilidade da obra desses autores. Em 1951 Salim Miguel publicava seu livro de estreia, a coletânea *Velhice e outros contos*. Logo na abertura do volume, encontramos a narrativa *Carnaval; casos de Espiridião*, na qual, ao proporcionar um retrato da vida urbana de Florianópolis durante a festa de Momo, mostra a presença negra na cidade. É durante os festejos carnavalescos que se mostraria com agudez a existência de uma divisão do espaço urbano, precisamente por sua suspensão, uma vez que era aquele o momento no qual os negros desciam dos morros e ocupavam a Praça XV. Ou seja, observa a segregação espacial da cidade pela questão étnica e descreve os momentos de tensão. As preocupações da sociologia e da literatura são distintas, mas o movimento de Salim Miguel antecipa em quase uma década a problemática posta por Fernando Henrique Cardoso em seu *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis* (1960).

Não parece pouco relevante para os jovens de Sul a intensidade desse diálogo e as preocupações que, a partir dele, colocam para si.

### Referências

BENJAMIN, Walter. El París del Segundo Imperio en Baudelaire. In BENJAMIN, Walter. *El París de Baudelaire*. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2012.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BERTASO, José Otávio. *A Globo da Rua da Praia*. São Paulo: Globo, [1993] 2012.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, [1960] 2000.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A Farra do Boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: EdUFSC, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. São Paulo: Global, [1933] 2006.

KREMER, Natan Schmitz. VAZ, Alexandre Fernandez. A Sul e a Branca: literatura dos novos no Brasil pós-1945. *Web Revista Linguagem, Educação e Memória*. N. 15, v. 15, 2018 [no prelo].

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

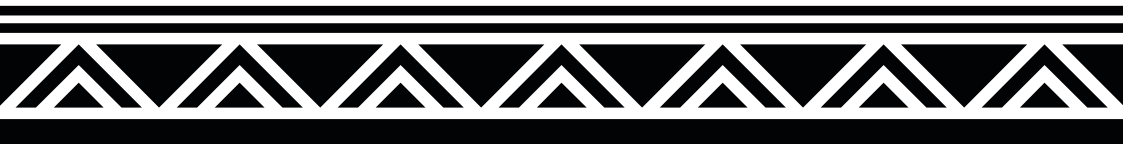
MALHEIROS, Eglê. *Vozes Veladas*. Porto Alegre: Movimento, 1995.

MARQUES, João Filipe. O estilhaçar do espelho: da raça enquanto princípio de compreensão do social a uma compreensão sociológica do racismo. *Ethnologia*, n. 3, Lisboa, 1996.

MICELI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGUEL, Salim; MALHEIROS, Eglê. *Memória de editor*. Florianópolis: IOESC, 2002.

MIGUEL, Salim. *Velhice e outros contos*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 2ª Edição, [1951] 1981.



MIGUEL, Salim. Raízes de um intercâmbio. In PADILHA, Laura Cavalcante. *Anais do 1º Encontro de Professores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Niterói: Imprensa Universitária da UFF, 1995.

MIGUEL, Salim (org.). *Cartas D'África e alguma poesia*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2005.

MIGUEL, Salim (org.). *Cruz e Souza: interpretações*. 2ª edição. Palhoça: Editora Unisul, [1961] 2014.

REVISTA SUL. 30 números. Janeiro de 1948 a dezembro de 1957. Disponível em: <http://www.portalcatarina.ufsc.br/documentos/?action=midias&id=160778>.

SANTIL, Juliana. Avulsos – Juliana Santil. In MIGUEL, Salim. (org.). *Cartas D'África e alguma poesia*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2005.

SARLO, Beatriz. *Sete ensaios sobre Walter Benjamin e um lampejo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questão racial e etnicidade. In BIB – *o que se deve ler nas Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1998.

SERPA, Elio Cantalício. A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In *Revista de Ciências Humanas*, v. 14, n. 20. Florianópolis: 1996.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. In *Mana*, v. 11, n 2, 2005.

SOARES, Lucila. *Rua do Ouvidor 110*: uma história da Livraria José Olympio. Rio de Janeiro: José Olympio/FBN, 2006.

VERÍSSIMO, Érico. *Um certo Henrique Bertaso*: pequeno retrato em que o pintor também aparece. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.



## **Aos vadios a redenção popular: uma breve trajetória da musicalidade afro-brasileira.**

*Pedro Teixeira Vergasta da Silveira*

Marcada por uma abundância poética e rítmica, a trajetória musical brasileira esconde em seus meandros os processos que demarcaram sua existência ou até mesmo a re-existência das manifestações culturais outrora aqui marginalizadas. Na contemporaneidade, os processos legitimadores das manifestações culturais não são tão diferentes e seguem impregnados dos valores herdados da sociedade escravista, porém agora com os ditames regidos pelo novo sistema econômico, o capitalismo. Neste ensaio, tentarei traçar em linhas gerais a relação entre o estigma do vadio e a música negra brasileira. Para tanto, esboçarei alguns aspectos que, acredito serem relevantes para se pensar essa trajetória, tendo em vista a resistência cultural das manifestações africanas e afro-brasileiras.

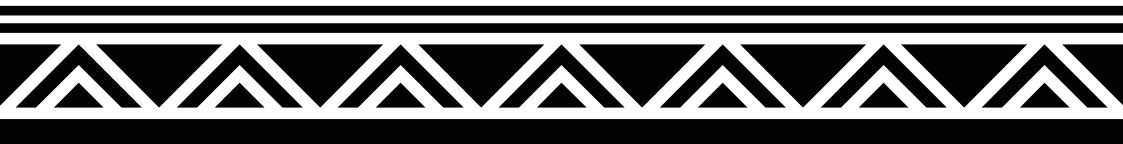
Assim como em outras sociedades organizadas no seio da escravidão, a nossa historiografia é marcada por perseguições, violência e desigualdades “fundadas na negação da humanidade das pessoas deportadas” (MARTIN, 2011, p.16). Desumanizados, os povos africanos passaram inúmeras vezes por tentativas de silenciamento dos seus costumes e tradições, procedimentos recorrentes na Europa e em suas colônias (ANTONACCI, 2009). Essas manifestações culturais tomaram novas formas em suas práticas, porém nunca cessaram, postas as estratégias de resistência para sua existência. Escravizados e transformados em trabalhadores de engenhos, minas e fazendas no Brasil, os escravos africanos viam-se romper seus laços familiares, reduzidos à condição de trabalhadores isolados. Com seus

costumes desarticulados, porém presentes em suas memórias, traziam à tona seus elementos culturais, por exemplo ao cantarem suas canções originais de trabalho, que nas Américas tomavam outros contornos, adquirindo qualidades distintas nesta terra alheia e estrangeira (TINHORÃO, 2008):

Ao invés de se dirigirem aos poderes ocultos da natureza, passaram a usar os versos de seus cantos para conversar entre si enquanto trabalhavam, o que descobriram ser possível fazer através não apenas do emprego de seu quase dialeto, composto pela mistura do português com palavras africanas, mas da inteligente ocultação do sentido do que diziam pelo jogo metafórico das imagens (TINHORÃO, 2008, p. 126).

O antigo costume trazido da África Ocidental vinha das canções agrícolas e, no primeiro momento, aproximava grupos étnicos africanos. Os africanos e seus descendentes aqui escravizados passaram a desenvolver uma grande variedade de cantos de trabalho, versos entoados em coro, expressões repetidas, que ajudavam a concentrar as forças e dar cadência aos gestos coletivos (TINHORÃO, 2008). Estritamente ligados aos seus costumes e ao contexto histórico, música e trabalho, ganham características próprias. São poucas as referências documentadas dessa memória musical. Os registros de tal herança podem ser acessados em crônicas do século XVIII e impressões dos viajantes do século XIX (TINHORÃO, 2008). Esses costumes musicais depois seriam chamados de fundamento pelos escravos, já que seus segredos só eram entendidos pelos iniciados em suas crenças.

Muitas vezes as intenções e desejos, ou tudo aquilo que para eles era proibido de dizer, eram ditos em versos, atenuando as barreiras impostas pela escravidão. “No exercício da palavra cantada e ritmada por seus corpos e instrumentos musicais, africanos em diáspora no Brasil produziram o tom de suas



revoltas, espalhando rastros de liberdade” (ANTONACCI, 2009, p. 52). Só na segunda metade do século XX vieram a ser consideradas e compreendidas as articulações dessas práticas culturais.

Permeada pelos aspectos da vida cotidiana, a música nas culturas africanas deixa expressa, de maneira intrínseca, sua visão de mundo, uma característica presente entre os povos e culturas de matrizes orais. A similitude cultural das tradições baseadas na oralidade permitiu uma união complexa na cosmogonia africana, salientada pelo intercâmbio de saberes, e pela identificação das zonas de contato entre as culturas. Desde os porões dos navios, as práticas culturais conjugaram as diversas etnias aqui aglutinadas através de suas narrativas, danças, ritmos, músicas, expressões linguísticas, religiosidades e instrumentos. Este quesito nos possibilita entender os processos de transmissão e renovação das crenças e mensagens que se deram em todo o Brasil. A aproximação dos universos culturais destes povos em diáspora deu subsídio à percepção da unidade cósmica de suas crenças, tradições e valores (ANTONACCI, 2009).

As manifestações africanas e afro-brasileiras, no decurso histórico, sempre passaram por tentativas de silenciamento e perseguições, seja no período colonial mais remoto ou mais tarde na passagem do século XIX ao XX. A condição de escravo ou até mesmo liberto não os eximia da vigília ao exercerem suas práticas. No entanto, era nos ciclos de festas natalinas que se via o maior número de manifestações da cultura africana. A contar dos séculos XV e XVI, ainda em Portugal, representações culturais e musicais passaram a congregar homens e mulheres negras por meio das irmandades religiosas, como a da Nossa Senhora do Rosário, que se subordinavam à realeza e aos espaços do catolicismo popular (CUNHA, 2004).

Ao definir as irmandades, no livro *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*, Roberto Moura dirá:

As irmandades para leigos floresceriam na Igreja durante a Colônia, como um expediente regulador do comportamento e das relações sociais entre grupos racial e socialmente diversos, amortecendo os choques, fazendo com que cada um se sentisse igual entre “os seus”, estes cuidadosamente definidos pela organização eclesiástica. (MOURA, 1995, p. 34)

A igreja católica criava estes espaços, justamente, para poder catequizar os descendentes de africanos e socializá-los com os novos costumes; nessas congregações o sagrado e o profano se encontravam:

Para os africanos e seus descendentes, a festa era um momento para afirmar que eram portadores de cultura e histórias próprias, para os senhores e autoridades coloniais, trazia a segurança de que escravos e libertos estavam praticando o cristianismo, ainda que, muitas vezes, com danças e instrumentos característicos de culturas de origem africana (SILVA, 2013, p. 110).

Essas manifestações muitas vezes eram tidas como abusivas ou alvo de suspeitas, já que, ao executarem suas danças, seus gestos eram vistos como obscenos e indecentes (CUNHA, 2004). Para Silva, “esses indivíduos encontravam nas irmandades espaços para reconstruir suas identidades sociais e religiosas” (SILVA, 2013, p. 109). Os batuques, a capoeira e o candomblé comprometiam, para as elites, o modelo civilizador que desejavam, ou seja, o modelo europeu (ABREU, 2008). Dependentes das classes subalternas e do trabalho escravo para sobreviver, não havia alternativa à sociedade dominante que não a de permitir com certa regularidade que tais manifestações ocorressem. Porém, manter tais manifestações acesas requereu criatividade e resistência por parte da população negra:

As manifestações negras, mesmo às margens do centro dos acontecimentos, faziam-se presentes nas festas de rua do calendário católico. De acordo com as queixas, nessas ocasiões “os toques e cantos dos negros predominavam não se escutando nenhum outro”. Nos meandros dessas queixas podia-se perceber a importância visceral do batuque para a vida dos escravos e a altivez que essa manifestação lhes proporcionava. Isso os viajantes estrangeiros observaram e noticiaram. Cronistas que eram, admiravam-se com a animação e a disposição com que os escravos aos batuques se entregavam, após uma pesada jornada de trabalho forçado. Não acreditavam que estivessem diante de escravos. De acordo com os seus relatos, pela disposição dos negros para os batuques, esses podiam ser interpretados como fontes de prazer, completando-se como função regeneradora do corpo, maltratado pela dureza da jornada do trabalho escravo (ABREU, 2008, p. 37-38).

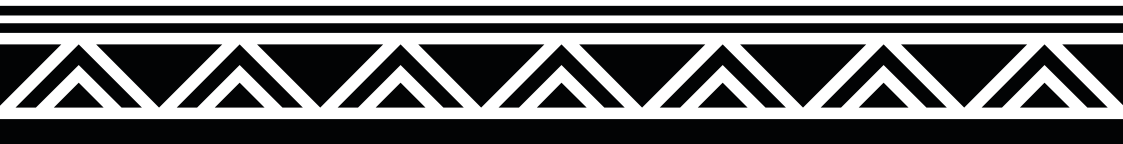
O sistema escravista entra em crise, e, com o colapso do tripé escravidão, monocultura e latifúndio, os movimentos independentistas, somados às insurreições escravas e abolicionistas, passam a serem recorrentes. Nesta época, já ao final do século XIX, todas as manifestações culturais atreladas aos descendentes de africanos passaram a ser fortemente perseguidas. Nesse mesmo momento histórico, as representações essencialistas ganham corpo e os ideais racialistas se juntam ao racismo, legitimando a hegemonia europeia (MARQUES, 1995). Os batuques, as rodas de capoeira e as danças, ainda que precariamente, seguiam ocorrendo mesmo que momentaneamente nas ruas ou nos espaços já legitimados pelas entidades religiosas de cultos afro-brasileiros, que muitas vezes eram protegidas pelas elites (MOURA, 1995, p.34). Toda manifestação que provocava ajuntamento de negros era suspeita:

Opiniões sobre o batuque emitiam as autoridades governamentais, eclesiásticas, policiais, senhores de escravos, parlamentares e

pessoas do povo. Pensar, opinar e influir na decisão de reprimir ou permitir a sua prática todos podiam. Porém, a decisão de fazer isso, considerando a gravidade da situação exposta nas queixas e ao se associar os batuques ao cotidiano da rebeldia negra, cabia ao Governo (ABREU, 2008, p. 38).

Surgem mecanismos municipais de controle social, leis que buscavam disciplinar as atividades exercidas nas ruas. A representação do vadio, atribuída ao negro por resistir ao trabalho escravo, dá luzes ao estigma ainda presente na atualidade do “negro indolente”, pouco afeito ao trabalho, propício à festa, desertor da “boa moral e dos bons costumes”; neste momento esses estigmas são acentuados. Ao nos depararmos com a historiografia sobre as estratégias de vida dos pretos e pretas em torno do mercado público de Florianópolis, é possível perceber, no levantamento feito por Popinigis, traços dessa repressão aqui na capital do estado de Santa Catarina.

Na então cidade de Nossa Senhora do Desterro, havia a disputa acirrada pelo espaço público entre africanos libertos e escravizados na metade do século XIX, os quais, através de regulamentações, fiscalizações e repressões, eram afastados ou tinham seu acesso limitado a essa área central da cidade, estratégia comum nas cidades brasileiras para frear a autonomia desses grupos desprovidos de trabalho formal (POPINIGIS, 2012). Mecanismos comuns à época eram acionados para coibir a presença dos negros no mercado ao cair da noite. Havia um código de posturas municipal que restringia qualquer divertimento, música ou jogos após a hora do trabalho. Como exemplo, citarei o artigo 38, que proibia os “ajuntamentos dos escravos ou libertos para formarem batuques; bem como os que tiverem por objectos os supostos reinados africanos, que, por festas costumão [sic] fazer” (POPINIGIS, 2012, p. 218):



A curiosa associação entre “vagabundos”, “mendigos” e “pretos vadios”, em ajuntamentos que obviamente eram compostos basicamente de trabalhadores “escravos, carregadores, vendeiros, pombeiros, marinheiros, soldados”, aos quais se referiu Cabral, foi uma tendência que, como em outras partes do Brasil, persistiu de meados da segunda metade do século XIX até chegar ao seu auge durante a Primeira República (POPINIGIS, 2012, p. 198 -199).

Marginalizados desde os tempos coloniais, à medida que os africanos e seus descendentes são libertos, tais representações que atribuíam a indolência, a vadiagem e a preguiça aos negros continuarão presentes no século XX, estendendo-se ao século XXI sobre a faceta do racismo. “Foi sobre as diferenças que as classes dominantes mantiveram o poder da construção de representações sobre o ‘outro’” (GOETTERT, 2006, p. 280). Sujeito durante três séculos à condição de escravo, após a abolição, o negro passou a ser representado por suas práticas de boicote ao trabalho dos tempos de escravidão. Estes aspectos que, na verdade, ressalvam sua resistência compulsória ao trabalho forçado marcarão a população negra como atrasada e inapta ao trabalho livre. Fato que deixou os descendentes de escravos à deriva dos trabalhos informais, já que a superação da escravidão, em outras palavras, seria a substituição do trabalhador negro pelo imigrante branco recém chegado ao país (GOETTERT, 2006).

A condição de trabalhador livre, após a abolição, trará diversas consequências à vida das populações negras que, traumatizadas pela sua posição social anterior de escravos, repugnam os trabalhos que consideram humilhantes. As mulheres, por sua vez, assumem os trabalhos domésticos, os homens, quando não adentravam no funcionalismo público, alistando-se ao exército ou como operários de segunda linha, ou quando não caíam em situação de mendicância, margeavam ocupações associadas à marginalidade (MOURA, 1995):

A malandragem, a cafetinagem e o roubo se tornam expedientes que garantem uma maior dignidade que a mendicância, reservada tanto aos mais velhos, alquebrados pela vida de escravo, como às mulheres aqui arribadas com filhos pequenos. Dignidade pessoal que, por vezes, não era possível ser mantida em trabalhos em que, além de sua dureza, os códigos de comportamento patrão-empregado confundidos com os preconceitos sobre os negros impunham condições de tratamento humilhante — o que levou muitos, por vezes alguns dos mais dotados, a optarem pela marginalidade (MOURA, 1995, p. 72).

Como as políticas e as ações de repressão à capoeira que se sustentavam num estereótipo formulado pela polícia, que considerava os capoeiras como desordeiros e vadios no fim do século XIX, é agora o malandro exaltado, justamente por se originar de um regime em que o trabalho se apresentava de forma negativa, quem dará sustentáculo à famosa ideia do malandro presente no imaginário nacional, o qual preconiza a liberdade, é elegante e valentão:

Sua imagem é diferente de quem tem um trabalho regular, porque o malandro sempre anda muito alinhado, de terno branco impecável, elementos que aparentemente poderiam aproximá-lo dos padrões burgueses, ou das camadas média urbanas. Como a indumentária era um símbolo que distinguia as classes sociais, e o trabalhador do vagabundo, para circular em determinados espaços da capital o malandro deveria se vestir com certo esmero. Desta forma, a vestimenta será uma preocupação constante dos artistas e compositores de samba, principalmente os que são de origem humilde (CUNHA, 2004, p.168).

O malandro. É necessário que pensemos um pouco sobre a gênese desse adjetivo. Subalternizado, de marginal a indolente, agora posto como símbolo da iconografia nacional. O afro-brasileiro deixa de ser um degenerado social, herdeiro de seus





antepassados escravizados, e passa a ser um vivente entre a ordem e a desordem. Admirado por sua boemia, associado a esperteza, audácia, coragem e valentia, contudo despedgado de sua cor de pele original, o malandro vadio passa a ser cantado nos sambas, ora como vilão, ora como herói. No dia a dia, essas figuras experimentam a glória que lhes foi negada nos tempos de colônia. Assim como o samba, o malandro se transformou, no governo estadonovista de Getúlio, num símbolo nacional. O patrimônio étnico cultural africano passou a ser louvado pelas elites brasileiras e pelo mundo a fora.

Todas as músicas tidas hoje como populares ou de “massa” tiveram suas práticas assinaladas pelo resultado de contatos de cultura, porém sob as condições adversas que já são conhecidas (MARTIN, 2011). O samba, preservado a duras penas pelos descendentes africanos que enfrentaram a órbita da vigilância dos senhores e dos policiais, agora passa a ser apreciado pela modernidade brasileira. Durante muito tempo não se contestava os discursos do imaginário moderno que negavam a historicidade às Áfricas e suas culturas na diáspora Atlântica. O contato de culturas no Brasil não se deu de maneira democrática e harmônica como se costuma intuir o imaginário nacional. Foi um processo árduo à custa de brasileiros considerados “vadios” e subversivos. Um arsenal artístico e cultural que foi e segue sendo produzido nas periferias. Um presente da herança africana. Ainda que adquira novos formatos, muitas vezes para atender às expectativas palatáveis das classes dominantes, o processo criativo da cultura popular é pulsante, teimoso e insubmisso às métricas estéticas impostas de fora dele, abraçando apenas aquilo que é próprio do seu tempo e que dá subsídio a sua resistência cultural. Vencer pelo cansaço os valores pré-estabelecidos e abrir novos espaços a sua prática e/ou manifestação sempre foi a resposta ao autoritarismo hegemônico.

O senso de liberdade presente nas canções, os ritos e as tradições africanas, posteriormente sentidos nas letras de compositores negros brasileiros, influenciaram em muito a música nacional. São inúmeros os compositores e intérpretes que poderiam ser citados aqui, no entanto, dei atenção a alguns elementos que considere retratar essa resistência cultural. Sabemos que, nos tempos mais remotos, muitas manifestações foram colocadas de lado pela elite e agora pela mídia brasileira: talvez um rechaço ao teor libertário de suas práticas, ou canções, ou talvez por não terem o teor comercial apropriado, ou ainda, por sua origem, como ocorrera com o próprio samba, o blues, o jazz, o funk, etc. Enfim, a ideia deste ensaio foi justamente pensarmos as nossas próprias referências de resistência, são muitos os artistas que poderiam ser citados... fica o convite.

### Referências

ANTONACCI, Maria Antonieta. África/Brasil: corpos, tempos e histórias silenciadas. *Revista Tempo e Argumento*, v. 1, n. 1, 2009.

ABREU, Frederico José de. A repressão à capoeira. *Revista Textos do Brasil*, v. 14, p. 35-42.

DA CUNHA, Fabiana Lopes. *Da marginalidade ao estrelato: o samba na construção da nacionalidade (1917-1945)*. Annablume, 2004.

DENIS-CONSTANT, Martin. A Herança Musical da escravidão. *Tempo*, Niterói, v. 15, n. 29, 2011.

GOETTERT, Jones Dari. Aos “vadios”, o trabalho: considerações em torno de representações sobre o trabalho e a vadiagem no Brasil. *Formação* (Online), v. 2, n. 13, 2006.

MARQUES, João Filipe. O estilhaçar do espelho. Da raça enquanto princípio de explicação do social a uma compreensão sociológica do racismo. *Ethnologia*, v. 3, p. 39-57, 1995.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

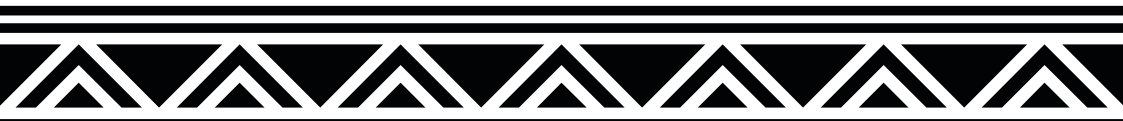
OLIVEIRA, JS de; MARCIER, Maria Hortense. *A palavra é: favela. Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, p. 61-114, 2003.

POPINIGIS, Fabiane. “Aos pés dos pretos e pretas quitadeiras”: Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890. *Afro-Ásia*, n. 46, p. 193-226, 2012.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *O poder da cultura e a cultura no poder. A disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil*. Salvador, Edfuba, 2005.

SILVA, Jaime José Dos Santos. Entre a diversão e as proibições: as festas de escravos e libertos na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Editora UFSC, 2013.

TINHORÃO, José Ramos. *Os sons dos negros no Brasil. Cantos, danças, folguedos: origens*. Editora34, 2008.



## Carolina Maria de Jesus, uma escritora brasileira

Clarissa Pereira Antunes

Carolina Maria de Jesus é uma escritora brasileira desconhecida das aulas de literatura dos estudantes de ensino fundamental, médio e também de muitos estudantes de curso superior de Letras e Literatura no Brasil. A escritora, que teve livros publicados e traduzidos em mais de 13 países, ficou conhecida pelo público literário nos anos 60 a partir da publicação de seus registros, em forma de diário, sobre como era sua vida na favela do Canindé na cidade de São Paulo.

Carolina é uma mulher negra, mineira, que migra para São Paulo ainda criança com a mãe, e volta a sua cidade Natal, Sacramento, e mais tarde já sem a mãe retorna a São Paulo em busca de trabalho. Encontra possibilidades como empregada doméstica, porém, ao engravidar de seu primeiro filho, já não pode mais permanecer em casas de família para trabalhar; assim vai para a favela e começa sua trajetória de catadora de materiais recicláveis ou que pudessem ainda ter algum valor de revenda para garantir sua sobrevivência e dos três filhos.

Os relatos do livro *O quarto de despejo* (1960) descrevem situações vividas pela autora, ou com seus vizinhos, bem como suas impressões do contexto social em que está inserida entre os anos de 1955 e 1959. Carolina frequentou escola até o segundo ano primário, fato que marca sua escrita pelos erros gramaticais corriqueiros, mas ao mesmo tempo impressiona pela riqueza e diversidade de vocabulário empregado e utilização de uma linguagem mais culta, como na passagem seguinte:

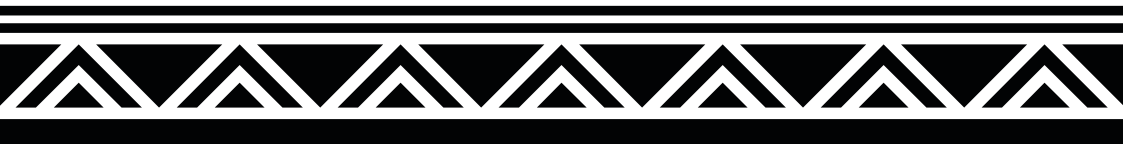
Ablui as crianças, aleitei-as e ablui-me e aleitei-me. Esperei até as 11 horas, um certo alguém. Ele não veio. Tomei um melhoral e

deitei-me novamente. Quando despertei o astro rei deslisava no espaço. A minha filha vera Eunice dizia: - Vai buscar água mamãe! (JESUS, 1960, p. 9)

Mas o que torna a escrita desta autora mais particular é a narrativa densa da vida vivida na favela do Canindé, que beirava o rio Tietê e se adensava com as remoções de moradores pobres de zonas que se tornavam mais nobres na cidade de São Paulo entre as décadas de 1940 e 1950. Em especial, é bastante interessante observar o recorte de gênero que permeia a escrita da autora, que retrata as dificuldades de lutar diariamente pela sobrevivência e sustento de seus três filhos, um de cada pai, os quais Carolina criava sozinha. Carolina é mãe solteira e recusa as investidas de vizinhos e conhecidos que lhe propõe namoros ou casamentos, pois diz que os homens só lhe trouxeram dificuldades, após o período de alegrias foram e deixaram-lhe os filhos para alimentar e educar.

A escrita de Carolina ganhou repercussão na década de 1960 muito influenciada pelo cenário político econômico e social vivido no Brasil, de adensamento das cidades e esvaziamento do campo e, conseqüentemente, complexificação da vida urbana. Além de, óbvio, marcar o destino da população negra após o período escravagista no Brasil. Assim, os textos da autora, que traziam denúncias das péssimas condições de vida dos mais pobres e dos negros, ganharam muita visibilidade. Porém, isso não garantiu que a escritora estabelecesse o espaço naquela época para sua forma de escrita. Os demais livros publicados pela autora não tiveram a mesma repercussão, além de receber muitas críticas dos literários mais tradicionais.

Carolina queria ser escritora e se orgulhava de saber ler e escrever. Dizia que a escrita era seu consolo e desabafo diante das imensas dificuldades de sua vida de luta pela existência. As questões a estudar a partir da leitura dos textos de Carolina são



muitas e remetem a uma diversidade de temas, de forma que destacamos somente algumas impressões a que sua leitura nos remeteu e fazemos este exercício de maneira bastante superficial, sendo o principal objetivo divulgar o trabalho desta autora como um símbolo de resistência feminina e da luta dos negros e dos pobres por dignidade, respeito às diferenças e justiça social.

### A linguagem caroliniana, sua recepção e rejeição no universo literário brasileiro

Para esta autora, a escrita é aludida como possibilidade de existência para além da dureza de sua vida, e em muitos momentos relata que, enquanto alguns brigam entre si na favela por conta das dificuldades de suas vidas, ela opta por escrever. Ela almeja, com sua escrita, uma vida melhor e a possibilidade de sair da favela.

O recebimento e a aceitação de Carolina no cenário literário passa por um momento inicial de ascensão, pelo ineditismo da escrita com conteúdo forte de crítica social das desigualdades vigentes no Brasil, inusitadamente escrito justamente por quem sofria duramente as discrepâncias do sistema. Todavia, segue um momento posterior, de declínio e esquecimento, da escritora Carolina. As publicações seguintes ao seu primeiro livro não alcançaram o mesmo prestígio que os diários.

Entre outras razões, os textos de Carolina são desautorizados como produção literária e considerados somente relatos e registros de uma favelada que sabe escrever. Segundo aponta Luciana Paiva Coronel, no seu texto *A censura ao direito de sonhar em Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus*, Carolina é rotulada como “a autora da favela”, sendo esta a forma como sua produção foi recebida por muitos intelectuais e literários da época, os quais não a reconheceram como uma escritora:

Aqueles que tinham poder para julgar a qualidade estética dos diários deixaram soar inapreciada a sede de beleza contida na voz autoral de Carolina. Seu olhar nunca foi domesticado pela feiura da favela, nem pela feiura do lixo que juntava como forma de sustento. Mesmo estando enraizada em um espaço imundo e fétido, sua vista se erguia e alcançava o céu salpicado de estrelas, porque precisava do consolo dessa imagem deslumbrante (CORONEL, 2014, p. 278).

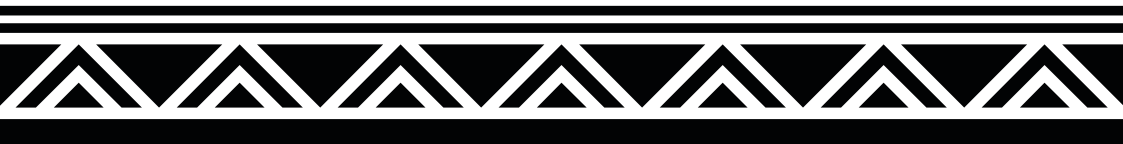
Abundam na produção de Carolina as analogias que expressam seus ideais de convívio social mais harmônico e igualitário. Forma de escrita que leva ao leitor seus sentimentos e impressões sobre o mundo de um modo criativo e elucidativo, como vemos na passagem descrita abaixo:

Deixo o leito as 5 horas. Os pardais já estão iniciando a sua sinfonia matinal. As aves deve ser mais feliz que nós. Talvez entre elas reina amizade e igualdade. [...] o mundo das aves deve ser melhor do que dos favelados, que deitam e não dorme porque deitam-se sem comer.

[...]

Contemplava extasiada o céu cor de anil. E eu fiquei compreendendo que eu adoro o Brasil. O meu olhar posou nos arvoredos que existe no início da rua Pedro Vicente. As folhas movia-se. Pensei: elas estão aplaudindo este meu gesto de amor a minha Patria (JESUS, 1960, pp. 30 e 32).

Sobre a questão da linguagem, é muito esclarecedor o que trata Marcos Bagno sobre o preconceito linguístico. Para este autor, muito se combate outras formas de preconceito, mas o linguístico parece profundamente naturalizado, sendo o uso de uma linguagem tida como correta frequentemente defendida tanto na produção literária como na formação escolar. Entre outros, Bagno (1999) critica os mitos sobre a língua portuguesa que se fala no Brasil como sendo uma língua única:





Esse mito é muito prejudicial à educação porque, ao não reconhecer a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, a escola tenta impor sua norma lingüística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os 160 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização etc. (BAGNO, 1999, p. 15).

Pensar na produção literária da Carolina de Jesus sob esta perspectiva é uma maneira de olhar com mais justiça e reconhecimento sua obra, afastando um pouco o manto do preconceito às diferenças, a começar pela produção literária. O que permitirá aprender mais e melhor com a escrita desta escritora brasileira, justamente por ser esta também a função da literatura como arte, o extravasar de ideias e sentimentos por parte do artista que alcança e toca seus leitores, fazendo-os refletir sobre sua própria inserção pessoal e coletiva.

Para mais uma importante contribuição deste autor ao nosso esclarecimento e como forma de ampliar nosso horizonte para outras formas de escrita, vale destacar uma de suas “dez cisões” para promover um ensino da língua menos preconceituoso:

Não confundir erro de português (que, afinal, não existe) com simples erro de ortografia. A ortografia é artificial, ao contrário da língua, que é natural. A ortografia é uma decisão política, é imposta por decreto, por isso ela pode mudar, e muda, de uma época para outra. Em 1899 as pessoas estudavam *psychologia* e história do *Egypto*; em 1999 elas estudam *psicologia* e história do *Egito*. Línguas que não têm escrita nem por isso deixam de ter sua gramática. (BAGNO, 1999, p. 143)



## Ser negro na realidade vivida por Carolina

O texto de Carolina no livro *Quarto de despejo* apresenta para o leitor um relato denso do cotidiano da autora no final dos anos 50. Em sua narrativa, Carolina exhibe em detalhes as dificuldades vividas por ela. E neste contexto a percepção que a autora tem de como é ser negra alterna momentos de resistência e denúncia da discriminação racial no Brasil e de interiorização do discurso estratégico de inferiorizar os indivíduos com base nas origens e características étnicas e raciais.

Carolina, em alguns momentos, diz que queria ser uma negra escandalosa para resolver algumas situações ou impasses em que se vê envolvida, como forma de extravasar seus sentimentos. Ela faz referência ao comportamento de suas vizinhas, o qual desaprova:

...Eu estava chingando o senhor Manoel quando ele chegou. Deu-me boa noite. Disse-lhe:

– Eu estava te chingando. O senhor ouviu?

– Não ouvi.

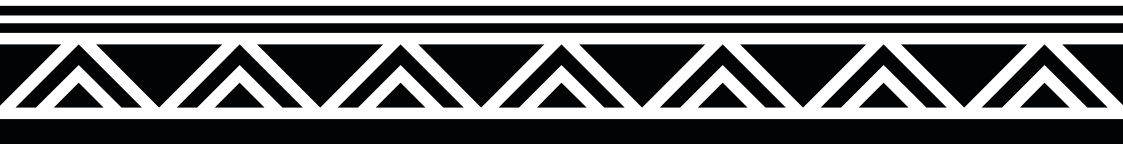
– Eu estava dizendo aos filhos que eu desejava ser preta.

– E você não é preta?

– Eu sou. Mas eu queria ser destas negras escandalosas para bater e rasgar as tuas roupas.

... Quando ele passa uns dias sem vir aqui, eu fico lhe chigando. Falo: quando ele chegar eu quero expandir-lhe e lhe jogar água. Quando ele chega eu fico sem ação. (JESUS, 1960, p. 119)

Beto Mussa (1989), ao analisar os estereótipos atribuídos aos negros na literatura nacional, no século XIX, ainda sob sistema escravagista, compreende que cumprem uma função de reforçar a ideologia e justificar a captura e submissão dos grupos negros. Esse autor entende que os estereótipos se formulam e se sustentam numa perspectiva etnocêntrica, que se enraizou e permaneceu por muito tempo inquestionável na literatura brasileira. São



tipificações formuladas a partir da leitura e significação do negro pelo olhar branco europeu, impregnado na perspectiva das relações sociais inter-raciais na sociedade brasileira:

Essa concepção etnocêntrica percorre a história brasileira até chegar ao século XIX, época da configuração literária dos estereótipos, com uma força tremenda, arraigada que estava na cultura ocidental como forma única de manter a coerência ética do escravismo cristão (MUSSA, 1989, p. 73).

A mesma Carolina com extrema lucidez reflete sobre a condição histórica de submissão e exploração vivida pelos negros no Brasil, que mais de século após o fim do sistema escravagista não alcançaram situação muito melhor, quando escreve em seu diário no dia 13 de maio de 1958:

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. Nas prisões os negros eram os bodes expiatórios. Mas os brancos são mais cultos. E não nos tratam com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam mais felizes. Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manoel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça.

[...]

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome! (JESUS, 1960, p. 27)

Carolina Maria de Jesus e sua obra são fonte de estudos e pesquisas, a quem se dedica a analisar e buscar compreensão acerca das lutas diárias pela sobrevivência enfrentadas por uma mulher pobre, negra e independente, e como ela traduz sua existência em seus diários. Vencida a luta pela sobrevivência, nova

luta é travada em busca do espaço para manifestar sua experiência de vida e seu olhar sobre a realidade que lhe impacta, através da literatura. Para além do que foi abordado neste breve ensaio, o rico material permite muitas outras investigações e é um convite para a apreciação das sensações propiciadas pela literatura, de se deixar conduzir pelo autor e adentrar novos mundos ou caminhar por outras pegadas que já conhecemos.

### Referência

ANDRADE, Letícia Pereira de. GÊNERO E RAÇA NOS DISCURSOS DE CAROLINA DE JESUS E CLARICE LISPECTOR. *UniLetras*, Ponta Grossa, v. 35, n. 2, p.237-248, jul./dez. 2013 Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras>

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. Edições Loyola, São Paulo, 1999.

CORONEL, Luciana Paiva. A censura ao direito de sonhar em Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 44, p. 271- 288, jul./dez. 2014.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: Diário de uma Favelada*. São Paulo: Ática, 1960.

MUSSA, Betto. Estereótipos de negro na literatura brasileira: sistema e motivação histórica. *Estudos Afro-asiáticos* n° 16, 1989, p.70-88.

## SOBRE AS AUTORAS/AUTORES E EDITORAS

Alexandre Fernandez Vaz, Doutor em Ciências Humanas e Sociais (Dr. Phil) pelo Gottfried Wilhelm Leibniz Universität, Hannover. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do CNPq.

Carla Brito Sousa Ribeiro, Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Pesquisadora Associada ao Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER-UFSC).

Clarissa Pereira Antunes, Bacharel em Ciências Sociais e Licencianda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Ilka Boaventura Leite, Professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – PPGAS da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenadora do Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER-UFSC).

Márcia Regina Calderipe Farias Rufino, Professora do Departamento de Antropologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Co-coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades (GESECS-UFAM), membro do Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER-UFSC).

Natan Schmitz Kremer, Estudante do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea (CED/UFSC).

Pedro Teixeira Vergasta da Silveira, licenciado em Geografia e estudante do bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

NUER - Núcleo de Estudos de Identidades  
e Relações Interétnicas

nº 16/2018

